

CONFERÊNCIA**A PROMOÇÃO DA SAÚDE AUDITIVA NO ÂMBITO ESCOLAR: A EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Ilma Alessandra de Lima Cabral¹

Segundo o Relatório Mundial sobre Audição (WRH) da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2021), cerca de 2,5 bilhões de pessoas em todo o mundo viverão com algum grau de perda auditiva até 2050. Ainda de acordo com o relatório, grande parte dos casos de deficiência auditiva poderia ser prevenida, e seus efeitos, minimizados, se a intervenção fosse iniciada de maneira precoce.

A detecção precoce de alterações auditivas e a intervenção imediata em crianças que apresentam essa perda favorecem seu desempenho acadêmico, emocional e social. Essas alterações impactam de forma significativa o indivíduo e a sociedade e podem ser observadas já nos primeiros anos de vida escolar. Nas crianças, os prejuízos são ainda maiores, uma vez que a audição fornece a principal fonte para a aquisição da linguagem. Dessa forma, pode interferir no desenvolvimento infantil e, por conseguinte, no processo de alfabetização.

Nesse contexto, é fundamental acompanhar o desenvolvimento auditivo da criança e identificar fatores de riscos o mais rápido possível, o que reduzirá os prejuízos relacionados ao desenvolvimento da linguagem e da audição e ao aprendizado da leitura e da escrita. Ademais, políticas públicas nacionais de atenção à saúde auditiva representam avanços no sentido de se prevenirem ou minimizarem os danos em detrimento da deficiência auditiva na população. Essa ação, portanto, representa uma estratégia para a comunidade escolar.

1 Professora e coordenadora do curso de Fonoaudiologia do UNIFLU. Mestranda em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Lattes completo disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4128176296547451>. E-mail: ilma@clinicadaaudicao.com

No Brasil, em outubro de 2004, foi publicada a Portaria n.º 2.073, instituindo a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva (Brasil, 2004), na busca da proteção e da garantia da qualidade de vida e da autonomia das pessoas com deficiência auditiva. Entre as diretrizes propostas pela normativa está a organização de linhas de cuidados, com ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação na atenção básica e especializada. Da mesma maneira, incentiva a identificação dos fatores que determinam as patologias e as situações de risco que levam à deficiência auditiva (CAMPOS *et al.* 2013).

De acordo com o Conselho Federal de Fonoaudiologia – CFFa (2011), a formação do fonoaudiólogo contempla 14 áreas de especialização, entre elas destacamos nesse estudo a Audiologia, Linguagem, Saúde Coletiva, Fonoaudiologia Educacional. A análise centra-se no viés da atuação fonoaudiológica educacional e da saúde coletiva, pois, com a aproximação de referências entre ambas, as intervenções fonoaudiológicas materializam a parceria entre saúde e educação. O fonoaudiólogo é o profissional de saúde que transita pelo âmbito educacional, atuando em promoção, prevenção e orientação acerca dos aspectos da linguagem, audição e voz. Sendo assim, torna-se visível que práticas fonoaudiológicas efetuadas nas esferas da atenção primária evitam ou minimizam danos que interfiram na qualidade de vida da população, em especial no ambiente escolar, cuja preservação da qualidade auditiva evita atrasos ou déficits relacionados à linguagem e à aprendizagem.

A Cartilha do Sistema Único de Saúde (SUS), elaborada pelos Conselhos Federal e Regionais de Fonoaudiologia, apresenta os campos de atuação do fonoaudiólogo nos diferentes níveis de atenção à saúde. Nesse manual consta o Programa de Saúde na Escola (PSE), instituído por meio de decreto presidencial n.º 6.286 em 2007, representando uma política intersetorial e de integração entre os Ministérios da Saúde e da Educação, com a finalidade de fomentar a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica, através de ações preventivas e de atenção à saúde. De acordo com o CFFa, é permitido a esse especialista o desempenho de suas atribuições tanto no âmbito da linguagem como na audição, o que possibilita a sua inserção no contexto do PSE, desenvolvendo ações coletivas de promoção de saúde auditiva nas instituições escolares. No que tange à saúde auditiva, o programa conta com a atuação de fonoaudiólogos promovendo triagens da

acuidade auditiva para identificação de possíveis alterações, educação em saúde, além de encaminhamentos de casos à rede de saúde (BRASIL, 2011).

No meio escolar, a promoção da saúde auditiva é sustentada por quatro eixos. O primeiro refere-se à análise situacional dos determinantes da saúde auditiva. O segundo, à análise do perfil audiológico dos alunos, através da realização de triagem auditiva. Nesta, os alunos são submetidos, exames clínicos e audiometrias tonal e vocal. O terceiro remete à realização de encaminhamentos para a rede de saúde quando alterações auditivas são identificadas. Por fim, o quarto eixo relaciona-se com a intervenção fonoaudiológica voltada para a educação em saúde auditiva.

A inserção do fonoaudiólogo nas práticas escolares possibilita a articulação com professores e a troca de conhecimentos, tornando-os multiplicadores de informações a respeito de cuidados com a audição. Ademais, conscientizam sobre o papel da audição para o aprendizado e para o desempenho escolar, assim como identificam sinais e sintomas de possíveis alterações auditivas dos seus alunos, além de orientações sobre a manutenção de ambiente acústico favorável. As salas de aulas ruidosas podem comprometer o reconhecimento de fala, atrapalhando a comunicação oral e interferindo no processo de ensino e aprendizagem (DREOSSI; MOMENSOHN-SANTOS, 2000).

Em suma, as ações educativas devem se basear nas atitudes e nos hábitos auditivos de crianças e adolescentes e seus familiares, além de visarem constatar situações de risco para alterações auditivas de modo mais precoce possível. Só assim será possível uma intervenção imediata, buscando reduzir os prejuízos na aprendizagem. Alternativas que viabilizem a detecção precoce da perda auditiva possibilitam a intervenção eficaz e favorecem prognóstico terapêutico, além disso, minimizam os efeitos deletérios sobre o desenvolvimento social, emocional e cognitivo da criança.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. *Prevenção: a Audição*. 2011.

BRASIL. *Portaria MS/GM nº 2.073* – Institui a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva. Brasília: MS; 2004.

CAMPOS, Paula Regina Jardim; OLIVEIRA, Sandra Aparecida de Jesus; LIMA, Andreza Xavier; SILVA, Andrea Balke; VIEIRA, Valquiza Ribas Castro. Atuação fonoaudiológica na atenção primária à saúde proposta para a Prefeitura Municipal de Curitiba. *Anais do 1º Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento*. Curitiba, 2013.

Dreossi, R. C. F., y Momensohn-Santos, T. M. *A Interferência do ruído sobre a leitura e a aprendizagem*. Monografia. São Paulo: CEFAC-CEDIAU, 2000.

OMS. Organização Mundial da Saúde. *Relatório Mundial sobre Audição (WRH)*. Launch of World Hearing: World Health Organization: 2021.